

CAPÍTULO 3

“A RESERVA É NOSSA”: EMBATES E PERTENCIMENTOS EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO BAIRRO LAMI

Fernanda Rechenberg

Temos aprendido, nas últimas décadas, que a questão ambiental mobilizadora de debates públicos não existe *a priori*, mas compreende um conjunto de práticas, habilidades e políticas, no âmbito de diferentes éticas de ação e de relação no mundo vivido. Há quinze anos, iniciava meu percurso como antropóloga no estudo etnográfico sobre memória, cotidiano e meio ambiente em um bairro do extremo sul porto-alegrense⁷⁰. A pesquisa mobilizava a categoria meio ambiente para compreender os possíveis conflitos no modo de vida diverso das aglomerações urbanas das áreas centrais. Em um cenário de praias balneáveis, pesca e ruralidades, escutei narrativas dos antigos face ao ritmo dos tempos que traziam a luz elétrica, o aterramento das margens lacustres, o partilhamento dos terrenos, a deposição de lixo, a indústria e o emprego precário, o asfaltamento das vias de acesso e a vinda de novos moradores. Aprendi o conhecimento tático dos moradores frente aos desafios de habitar áreas alagadiças que anualmente recebem a visita da enchente, as mobilizações comunitárias e um persistir coletivo no lugar conhecido como o “nosso Lami”.

Nesse bairro, uma área delimitada destina-se à preservação de espécies endêmicas da região do extremo sul da América do Sul: a Reserva Biológica do Lami, rebatizada em 2004 com o nome do conhecido ambientalista gaúcho José Lutzenberger, criada em 1975 e que concentra hoje uma área de 204,04 hectares. Situada na principal via de acesso à praia do Lami, a reserva enquadra-se na categoria mais restritiva das unidades de conserva-

⁷⁰ Pesquisa realizada, no mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2005 e 2007, orientação da Profª. Cornelia Eckert. As fotografias deste artigo foram produzidas durante a pesquisa pela autora. Ver Rechenberg (2007).

ção⁷¹, proibindo a visitação pública, exceto em atividades educacionais e de pesquisa científica. No ano de 2006, um episódio ganhou os contornos do que, na época, interpretei como um conflito socioambiental, com a mobilização de um grupo de moradores pela saída da, então, diretora da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger (RBLJL), que havia assumido há cerca de um ano, propondo ações disruptivas à gestão anterior. Mais especificamente, essas ações referiam-se ao descumprimento do plano de manejo participativo, elaborado em 2002, o qual, segundo a administradora, não seguia as diretrizes de uma reserva biológica. Em um momento que considero propício⁷², revisito o episódio da audiência pública realizada em setembro de 2006 na Casa Verde, sede da RBLJL, em que busquei etnografar o conflito socioambiental (Little, 2006) que se colocava entre um grupo de moradores e a administração da reserva. Proponho, a partir desse episódio, refletir acerca das políticas de controle dos ambientes ditos naturais, considerando as relações interespecíficas em um lugar taticamente “possuído” (Mayol, 1996) por seus moradores.



1



2



3

71 Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, Art.10, “a reserva biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais” (Ministério do Meio Ambiente, 2006).

72 Em agosto de 2020, uma nova mobilização reunindo moradores, ambientalistas e pesquisadores da universidade toma forma. Dessa vez, em protesto contra a repentina saída da atual diretora, que é realocada, sem aviso prévio, em um setor de fiscalização ambiental. Ver: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/moradores-do-lami-se-manifestam-contra-sa%C3%ADda-de-diretora-de-reserva-biol%C3%B3gica-jos%C3%A9-lutzenberger-1.467613>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

Situando o conflito

A ambiência pacata do final de tarde em um dia de semana no Lami pouco deixava entrever a tensão que mobilizaria os moradores em poucas horas. Alguns cartazes espalhados nas proximidades da reserva davam o tom da nova situação que se instaurava. A Casa Verde, costumemente fechada, estava com as portas abertas nesse dia. Próximo à reserva, alguns moradores já se reuniam, conversando e preparando os cartazes que seriam empunhados na reunião.

Em cerca de meia hora, o pátio da reserva estava tomado de pessoas: moradores, representantes de secretarias, entidades do poder público municipal, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e policiais da Brigada Militar. O clima tenso que antecedia a audiência era descontraído pelo encontro entre os moradores que, naquela circunstância, apresentavam-se como “a comunidade do Lami”⁷³, identificados em uma luta comum.

A audiência pública, no dia 12 de setembro de 2006, foi o ponto culminante de uma série de desentendimentos entre a nova administração da reserva e os moradores locais, envolvendo principalmente a restrição no uso da Casa Verde, sede da RBLJL. Desde a entrada da nova administração, em 2005, alguns moradores ensaiavam um protesto contra as modificações nas diretrizes da unidade de conservação, que agora seguiam à risca as determinações legais de uma reserva biológica, onde a presença do homem é permitida em casos bastante específicos. A proibição da realização das aulas do MOVA⁷⁴, no auditório da Casa Verde, foi a principal queixa dos moradores que, por meio de um abaixo-assinado escrito à mão, pediam a substituição da administradora. A partir disso, a tentativa de ajustamento do plano de manejo com as diretrizes restritivas da modalidade de reserva biológica foi concomitantemente sendo respondida pela comunidade. Através de abaixo-assina-

73 O termo “comunidade” faz alusão à identidade política evocada por um grupo de moradores na ocasião do conflito na RBLJL, sendo acionada também em outros contextos reivindicatórios (como o abastecimento de água, o saneamento, o aumento nas rondas policiais, a frequência dos ônibus etc.) em que se faz necessária a existência de uma “comunidade” como um grupo coeso e politicamente articulado, a despeito da existência de múltiplas diferenciações internas.

74 O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) foi criado no Brasil em 1989, com o objetivo de combater o analfabetismo e assegurar a escolarização de jovens e adultos. O programa funciona através de convênios entre prefeituras, entidades assistenciais e organizações diversas da sociedade civil. Em Porto Alegre, foi implementado em 1997 pela Secretaria Municipal de Educação. As aulas são ministradas por educadores populares da própria comunidade onde o programa está sediado.

dos, os moradores tentavam exprimir seu descontentamento diante do progressivo fechamento da reserva. A situação avançou para a abertura de um inquérito civil, em fevereiro de 2006, pelo antigo administrador da reserva junto ao Ministério Público, referente ao descumprimento do Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami⁷⁵.

A alteração das diretrizes do plano de manejo pela nova administração visava “corrigir” uma excessiva abertura da unidade de conservação à população do Lami cujas atividades no espaço da reserva eram contempladas no documento. No plano de manejo constava o uso da Casa Verde pela comunidade, legitimando a localização da Farmácia Caseira Comunitária e do MOVA na sede da RBLJL, o que resultava em uma circulação contínua dos moradores nessa área. No zoneamento proposto pelo referido plano, a Casa Verde situa-se na área de uso intensivo⁷⁶, localizando-se bem próxima da rua e representando uma parcela mínima da totalidade da área protegida.

Se, por um lado, o conflito se pessoalizava⁷⁷ na divergência entre duas administrações da reserva, duas competências profissionais e distintas maneiras de gerenciar unidades de conservação de categorias restritivas, como a reserva biológica, por outro lado, conseguia repercussão junto a diversos atores sociais como ONGs, associações de moradores, pesquisadores de universidades e até mesmo diferentes esferas do poder público municipal, estadual e federal, que mantinham posicionamentos contraditórios a respeito.

No âmbito local, o conflito ganhava contorno nas expressões concretas, onde as transformações nas diretrizes da atual administração atravessavam diretamente o cotidiano de determinados grupos de moradores. Um exemplo foi o documento assinado por um grupo de pescadores vinculados à Colônia Z4⁷⁸, em março de 2006, expressando

75 Conforme o Inquérito Civil PI 035/2006, o referido plano de manejo fora cunhado como participativo por ter sido elaborado com a presença da comunidade em diversas reuniões, através de uma “metodologia de consenso” (PRINTES, 2002). O inquérito apoia-se no SNUC, que determina a vigência de 5 anos até que seja feita uma revisão do plano. Nesse caso, o plano havia sido concluído em 2002 e teria, por lei, sua vigência garantida até o ano de 2007.

76 De acordo com o zoneamento proposto pelo referido plano de manejo, a zona de uso intensivo da Reserva Biológica do Lami compreende: “a) a Casa Verde e seu quintal, incluindo o viveiro de mudas nativas, o canteiro de plantas medicinais e a horta demonstrativa; b) a Estação Meteorológica” (PRINTES, 2002).

77 O inquérito apresentava um boletim de ocorrência de um funcionário da reserva que acusava o antigo administrador de tentativa de suborno para que ele difamasse a administração atual. A ocorrência foi anexada ao inquérito sem, no entanto, ganhar maiores dimensões devido à falta de provas.

78 Colônia de pescadores sediada em Itapuã (Viamão – RS) e que acolhe grande parte dos pescadores profissionais de Porto Alegre, especialmente da Zona Sul.

o descontentamento com a mudança da demarcação nas águas da praia do Lami. A demarcação antiga, negociada com os pescadores na construção do plano de manejo, e que previa a distância de 150 metros da costa, foi alterada para 400 metros, o que, segundo os pescadores, prejudicava a navegação na região. Outra reivindicação dos pescadores referia-se às restrições à prática de atracar as embarcações no trapiche situado nos limites da reserva. Tal hábito garantia a segurança dos barcos, especialmente nos períodos de verão, em que a circulação de pessoas de fora do bairro era maior. Na carta, os pescadores também relatavam os constrangimentos sofridos por um pescador profissional do Lami que, desrespeitando a nova demarcação, havia sido conduzido a terra pela administradora e por policiais militares, passando por um extenso interrogatório e sendo expulso da reserva.

O conflito culminou com o fechamento, em meados de 2006, da “farmacinha”, após uma inspeção com representantes do Conselho Regional de Farmácia e da Vigilância Sanitária. A “farmacinha”, como era conhecida a Farmácia Caseira Comunitária do Lami⁷⁹, reunia um grupo de mulheres que manipulavam fitoterápicos, prestando atendimento ao público semanalmente. A “farmacinha” havia sido inserida no plano de manejo da reserva após funcionar alguns anos na casa de uma de suas fundadoras, possuindo, desde então, um espaço na Casa Verde com pia, armários, secador de ervas, entre outros instrumentos e materiais necessários para a fabricação de tinturas e pomadas. No Lami havia grande procura por esse atendimento, já que, no bairro, a presença de farmácias era esporádica. Essa situação, aliada à baixa renda dos moradores e à grande demanda de atendimentos do posto de saúde local, criava laços entre o posto de saúde e a “farmacinha”, tornando-se esta uma aliada⁸⁰ dos funcionários do posto na prevenção de enfermidades através dos fitoterápicos. Em conversa com funcionários do posto, médicos e enfermeiros comentaram a dificuldade em se trabalhar ali: muitos tratamentos não podiam ser realizados no local e, além da demora no encaminhamento para especialistas, boa parte dos moradores não

79 A Farmácia Caseira Comunitária do Lami era vinculada ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entidade que apoia e dá subsídio aos aspectos legais no manuseio das ervas para a confecção dos remédios caseiros, fomentando a prática de uma medicina alternativa.

80 Em alguns eventos do Posto de Saúde, as mulheres da “farmacinha” eram chamadas a palestrar sobre ervas medicinais e prevenção caseira de doenças.

podia sequer pagar a passagem para se deslocar até o centro da cidade. Os médicos do posto tinham conhecimento da existência da “farmacinha” e não faziam objeção quanto ao seu funcionamento, que oferecia um tratamento complementar ao alopático.

A “farmacinha” já estava, desde a entrada da nova administradora, perdendo espaço e certa autonomia, até então mantidas dentro da Casa Verde. Pouco a pouco, as mulheres que ali trabalhavam tiveram restritos os seus dias de trabalho, perdendo o direito à chave da reserva e da sala, podendo reunir-se apenas nos dias oficiais de atendimento, às terças-feiras. Essas restrições faziam com que os funcionários da reserva, velhos conhecidos das mulheres nas redes de sociabilidade do bairro, precisassem impedir sua entrada, mesmo lamentando a situação.

Após um ano de pesquisa de campo, já inserida em uma rede de relações dos moradores antigos do Lami, pude perceber como as “táticas” (Certeau, 1994) de mobilização para fortalecerem uma voz política nas audiências e reuniões conseguiam reunir um grande grupo de moradores capazes de “exigir os seus direitos” diante da presença do poder público municipal. A produção de pequenos folhetos e a distribuição de cartazes nos mercados não foram as únicas táticas acionadas. Dona Maria, uma senhora idosa e bastante popular no bairro pela venda de suas rapaduras e cocadas, percorreu longas distâncias, entregando pessoalmente os convites para as reuniões, a fim de que uma parte significativa dos moradores do Lami comparecesse. Em uma das reuniões, uma mulher jovem com o filho no colo pediu que a discussão fosse encaminhada de forma mais objetiva, pois ela tinha de cuidar dos filhos e só estava ali em consideração ao pedido de Dona Maria. O “boca a boca” é a forma de comunicação mais efetiva e eficaz no Lami, ao passo que aciona redes de relações específicas no bairro, em uma comunidade afetiva, mobilizada na composição de um corpo coletivo político. Essa forma de comunicação, em “o que é dito” importa tanto quanto “quem diz”, mostra um pouco da proximidade das relações e de como elas são construídas a partir de sua localização em uma rede. Em contraposição, era perceptível como as estratégias de propaganda das reuniões na Casa Verde por parte da administradora, feitas através de cartazes, divulga-

ção em grandes jornais ou pela via da associação de moradores⁸¹ eram ineficazes, na medida em que ela própria não estava inserida nessa rede de relações.



4



5

Buscando entender os contornos deste conflito socioambiental em seus interstícios para indagar sobre as conexões entre os grupos e os atores sociais envolvidos no processo (Little, 2006), percebia que o embate de forças na reserva colocava-se nos termos da relação indivíduo/natureza e, mais amplamente, das noções de espaços urbanos *versus* espaços naturais na cidade, ainda que sustentadas em desgastadas dicotomias e oposições. Alguns meses antes da ocasião da audiência, quando o conflito era percebido apenas nos interstícios do cotidiano dos habitantes, tive a oportunidade de visitar a RBLJL para fazer algumas gravações em som⁸². Nesse dia, em conversa com a administradora, ela apresentou alguns de seus pressupostos para gerenciamento das unidades de conservação. Apesar da localização da reserva, em plena área urbana e sem zona de amortecimento, o que coloca a RBLJL em uma situação singular frente à lei, percebia que, na fala da administradora, havia pouco ou nenhum espaço para a interpretação da generalidade das diretrizes traçadas pela lei. Segundo ela, fazia-se urgente a conscientização dos moradores, principalmente os vizinhos e residentes em áreas linde-

81 A Associação de Moradores do Lami, com um histórico bastante atuante no bairro, encontrava-se nessa época deslegitimada pela maior parte dos moradores. Conforme alguns relatos, a atual diretoria havia criado procedimentos que dificultavam a participação, como a cobrança de mensalidades. Isso deixava de fora a maior parte da população do Lami e constituía interesses políticos divergentes entre a “comunidade” e a associação. Tal divergência ficou evidente com a ausência do presidente e representante da associação na audiência pública do dia 12 de setembro.

82 Interessada nas sonoridades que remetessem às características de um ecossistema específico no qual se situa o Lami, povoado por bugios, tarrãs, capivaras e diversos tipos de pássaros, foi surpresa ao escutar, junto às sonoridades da fauna, a intermitente presença dos cachorros, caminhões de feira e aviões atravessando esse espaço sonoro, pretensamente natural.

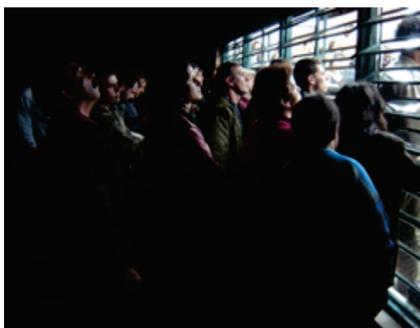
ras aos limites da reserva, sob o risco de comprometer o ecossistema natural. As práticas dos moradores demonstravam, do ponto de vista da administradora, uma “falta de consciência” em relação à importância do ambiente em que viviam. A administradora referia-se às práticas urbanas próprias de uma lógica do doméstico e da bricolagem que configuram o viver-habitar-trabalhar no Lami, como a acumulação de objetos, ou ainda “ferro-velho”, nos pátios das casas situadas próximas aos limites da reserva. Nos termos de Fredrik Barth (2000), diante deste cenário cultural sincrético, o qual pode ser bastante desconfortável para o saber técnico-científico, tende-se a reforçar a consistência e coerência da cultura como um *corpus* unificado de símbolos compartilhados. A ideia de uma “falta de consciência” evocada no discurso de proteção ambiental sugere a necessidade de práticas de espaço desejáveis e de pautas disciplinadoras diante da diversidade aparentemente desconexa de atividades destes bairros.

O conflito, forma particular de coesão e reafirmação do laço social (Simmel, 1983), dava a um grupo de moradores do Lami os contornos de uma “comunidade”, que instituíam um grupo social coeso e homogêneo diante de um objetivo geral e reivindicatório às instituições representativas do poder público municipal: “transferir a diretora”. Mais especificamente, a situação de conflito revelava a impossibilidade do não-enfrentamento e a obrigatoriedade do confronto entre posições divergentes, no âmbito dos saberes técnico-científicos, institucionais e locais. Nesse contexto, se a ideia de “transferir a diretora” soava como uma alternativa que agradaria à “comunidade”, informava-nos também da impossibilidade de situar a administradora da reserva nos laços sociais e afetivos do bairro. Esse desafeto, de acordo com os depoimentos, não mudaria, mesmo com a renegociação das novas diretrizes na gestão da reserva, ou seja, a retomada do MOVA e das atividades da “farmacinha”, a redefinição dos marcos para a colocação das boias ou o retorno das atividades de reuniões no auditório da Casa Verde.

Na audiência: posições e divergências

12 de setembro de 2006. Audiência pública. Além dos moradores, da atual administradora, da promotora pública e do secretário do meio

ambiente, estavam presentes representantes de diversas instituições e entidades, como secretarias municipais, ONGs, diretórios acadêmicos, conselhos municipais, entidades de classe, entre outros. A audiência pública tinha o objetivo de ouvir as partes envolvidas, na tentativa da promoção de um acordo entre elas.



6



7

Com o auditório da Casa Verde lotado, a audiência iniciou, presidida pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente. Cumprimentando a todos e dando as “boas-vindas” à reserva, o secretário tornou clara a pertença da RBLJL e da Casa Verde às esferas institucionais, mais especificamente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), órgão responsável pelo gerenciamento das unidades de conservação do município. Nesse espaço, os moradores e os demais presentes eram “os convidados”. Abrindo a reunião, o então secretário fez uma explanação que buscava enfatizar as ações da SMAM em melhorias e aportes de recurso à reserva, incluindo seu engajamento pessoal na unidade de conservação. Essas ações referiam-se à possibilidade de ampliação da área em 140 hectares, recuperação do barco e da balsa da unidade de conservação, aquisição de veículo, rádios, lanternas, uniformes e aumento no número de guarda-parques, ações essas direcionadas ao incremento na fiscalização de práticas ilegais da área protegida. O secretário ressaltou ainda as ações feitas pela secretaria na praia do Lami, com a recuperação das churrasqueiras, bancos e *playgrounds* da área de lazer vicinal à reserva. Por fim, destacou a elaboração de um vídeo institucional educativo que seria distribuído nas escolas e na comunidade para promover uma conscientização sobre a importância dessa reserva.

Em tom de prestação de contas à comunidade presente no auditório sobre o empenho da atual Secretaria do Meio Ambiente, a fala do secretário apontava para uma multiplicidade de questões envolvendo as políticas públicas e a ambígua função social que cumpre o bairro Lami na cidade de Porto Alegre. Do lado do poder público municipal, a ênfase dada às atividades de fiscalização e compra de equipamentos confirmam a importância da estruturação interna da reserva nos moldes de um modelo⁸³ de natureza preservada, dados os desafios da manutenção de uma unidade de conservação em espaços urbanos, como é o caso da RBLJL. A praia do Lami, como um espaço de lazer na cidade a ser mantido e preservado, também está sujeita à normatização por parte do poder público que assegure a continuidade, tanto de sua função social como de seu ecossistema. No entanto, a convivência de espaços tão díspares no que diz respeito à presença humana, como a praia do Lami e a RBLJL, na qual a primeira representa um polo atrativo para uma população de baixa renda na cidade e a segunda um núcleo restritivo à circulação humana, ocasiona divergências no próprio interior do poder público municipal, em que as funções de preservação e de uso intensivo não coexistem sem conflitos. A existência de uma unidade de conservação destinada à preservação da natureza, diante da qual a degeneração decorrente das ações do homem é mantida à distância, em meio a um espaço densamente utilizado em determinado período do ano, apresenta-se como uma contradição e um desafio para o próprio poder público municipal. Neste sentido, o uso intensivo da praia do Lami no período do verão necessita de uma normatização para atenuar a deposição de lixo no balneário, a possibilidade de incêndios em decorrência do preparo de comidas junto às árvores e o uso de arbustos como banheiros. A colocação de lixeiras, churrasqueiras, banheiros e a intensa fiscalização da praia no período do verão são algumas das estratégias lançadas pela prefeitura de forma a conter a degradação ambiental decorrente do grande fluxo turístico local, turismo este caracterizado por uma desordem que resiste à normatização do uso do espaço.

De outro lado, entre os moradores mais antigos, o advento do calçadão e do regramento do uso da orla, com a criação de espaços de lazer,

83 Ana Godoy (2000) problematiza a constituição das unidades de conservação a partir de um modelo específico, o qual “explica os objetivos das áreas e suas formas de uso, assim como reprime a invenção de um conceito de natureza, sua relação com diferentes coletivos e indivíduos e a sua importância dentro do espaço sociocultural configurado ao longo de seu processo de construção” (Godoy, 2000:01).

são apontados como fatores que “estragaram” a praia do Lami, trazendo um público novo e estranho às temporadas de veraneio. Para esses moradores, há um declínio na qualidade dos veraneios, que, associada a uma idealização de um tempo passado, confere à praia do Lami uma característica decadente nestes novos tempos. Contrapondo as “melhorias” da praia e da reserva ao “estrago” percebido pelos moradores, é importante pontuar o caráter extra-local das ações do poder público municipal no bairro, que coloca o Lami como um bairro cuja função social na cidade volta-se, em boa medida, para alhures das práticas de seus moradores.

A importância da reserva, bastante pontuada pelo secretário ao longo da audiência, relaciona-se a uma projeção do ecossistema e das ações municipais de proteção à natureza, direcionada à cidade, ao estado, ao país e ao mundo. A unidade de conservação, neste sentido, possuiria o caráter genérico de um “modelo” isento dos contextos socioculturais locais envolvidos em sua constituição, desde a sua criação, em 1975, até os dias de hoje. Essa mesma perspectiva estava presente na fala da administradora da reserva, que fez uma breve apresentação institucional da RBLJL, comentando os objetivos e as ações implementadas desde o início de sua gestão. Ao iniciar a apresentação, a administradora enfatizou as características da reserva biológica e suas restrições à presença do homem:

É importante salientar que, nas reservas biológicas, é proibida a visitação pública, excetuando-se, obviamente, aquelas com objetivos educacionais e propostos nos programas de manejo. Bom, os objetivos de uma reserva biológica, como nós anteriormente estávamos falando, é preservar todo o seu atributo natural e seu entorno e desenvolver os objetivos primordiais, que são a educação ambiental e a pesquisa científica⁸⁴.

O momento da fala da administradora foi o mais conturbado da audiência pública. Logo no início de sua apresentação, o projetor onde seriam mostradas as imagens e os textos explicativos de seu trabalho na RBLJL falhou. O visível constrangimento da administradora diante da

84 Fala da administradora durante a audiência pública, realizada em 12 de setembro de 2006. Gravação e transcrição feitas pela autora.

situação foi acompanhado da insistência, por parte dos moradores, para que ela falasse sem o uso do equipamento. Ânimos exaltados, o conflito ia tomando a forma de um embate de vozes, por vezes discordantes, por vezes ressoando em uníssono.

A apresentação da administradora buscou justificar, pela via do amparo legal, o caráter disruptivo das ações implementadas na reserva, salientando diversas vezes as melhorias que haviam sido feitas desde o início de sua gestão, como a aquisição de equipamentos, o aumento da fiscalização, o controle da invasão de gado das fazendas lindeiras à área da reserva e os projetos educativos. A apresentação seguia com os comentários paralelos do público, que discordava de alguns pontos e das melhorias por ela comentadas, enfatizando que a apresentação não era novidade: reivindicavam a anterioridade de um saber local e territorializado.

Encerrada a conturbada apresentação da administradora, a audiência pública propriamente dita teve início com as inscrições por parte do público para relatar as queixas contra a atual administração, já que o objetivo desse fórum era de que a promotora escutasse a comunidade envolvida. Para cada menção à administradora da reserva, ela possuía direito de réplica, e cada pessoa por ela mencionada teria direito à tréplica. Nesta dinâmica, a mesa reunia dez inscrições para que fosse dado o direito à réplica, o que dava à comunidade a possibilidade de reunir um grande número de reclamações, até que fossem respondidas pela administradora.

A primeira inscrição foi feita por Getúlio, morador do Lami, que, nos cinco minutos destinados à sua fala, fez a seguinte explanação:

Eu gosto de falar olhando no olho de todo mundo. É um sinônimo de franqueza. Por que que eu me inscrevi por primeiro, por que que eu estou aqui... porque esta casa, ela foi construída para a comunidade do Lami e a reserva biológica. Em primeiro lugar, para a comunidade do Lami, em segundo, para a reserva biológica. Eu construí aquele casarão de pedra que tá lá, eu, Getúlio Ramos, construí, para trabalhos laboratoriais, da Reserva Biológica do Lami. Segundo uma pergunta, uma questão: abril de 71 eu vim morar aqui em frente, Otaviano José Pinto (...), tá ali, secretário de associação, presidente, vice-presidente,

delegado do orçamento participativo... o meu sinônimo: eu me chamo comunidade. Por que que eu não fui convidado pra estas reuniões? [aplausos] Terceira questão: plano de manejo: dois anos pra ser elaborado, para ser respeitado por 5 anos, por que este plano de manejo não pode ser respeitado durante 5 anos, tem que ser interrompido no terceiro ano? [aplausos] Isto são apenas questões que nós precisamos fazer uma reflexão muito grande. Não quero desmentir ninguém nem chamar ninguém de mentiroso, porque não é do meu feitio. Mas existe muitas questões aqui que vocês vão sair daqui pensando muito bem o que que tá acontecendo conosco pra mobilizar uma comunidade desta envergadura, deste tamanho, que não cabe aqui dentro, tem pessoas do lado de fora, tem muito mais gente do lado de fora do que aqui dentro! Por que que estão aqui? Será que estão contentes com esta nova administração? É apenas pra reflexão, nós temos aqui o Ministério Público, nós temos o secretário do meio ambiente, são autoridades que merecem respeito e todo nosso carinho. É para eles que nós estamos nos dirigindo. Estou olhando nos olhos de vocês com a franqueza que me é peculiar, mas estas palavras estão sendo dirigidas ao Ministério Público e ao nosso secretário do meio ambiente. Porque nós somos amantes do Lami, nós amamos o Lami, nós criamos raízes no Lami. [aplausos] Enquanto se mostra uma fotografia de um ratão morto, eu trago 500 fotografias de seres humanos mortos no meio da estrada, atropelados por carro, por qualquer coisa que seja. É muito fácil trazer uma fotografia de um ratão morto, e condenar a quem? Atribuir isso a quem, a quê? Quem está pagando o pato? A comunidade do Lami, as pessoas que moram no entorno da reserva, que ajudaram a elaborar este plano de manejo que ainda está em vigor, e ajudaram a preservar a nossa reserva do Lami, porque ela é nossa, não é do Seu Fogaça⁸⁵, não é do... não é de ninguém, é da comunidade do Lami, em primeiro lugar... de Porto Alegre, do RS, do Brasil e do mundo! Mas, se nós não soubermos cuidar da nossa casa, não soubermos cuidar do nosso ambiente, da nossa comunidade, como é que nós vamos cuidar do mundo? Não podemos. Era só isso que eu queria dizer. Então, fica a questão: por que que esse povo todo está aqui hoje? Por que está contente com essa nova administração?”

85 José Fogaça, prefeito de Porto Alegre no período de 2005 a 2010.

O “não” foi respondido em uníssono pela maior parte da plateia que lotava o auditório da Casa Verde. A fala de Getúlio, como de todos os que depois falariam a favor da comunidade do Lami, foi seguida de aplausos entusiasmados. Embora não se refira especificamente às restrições impostas pela atual administração a respeito da entrada de moradores na área da reserva, como faziam outros moradores inscritos após ele, Getúlio deu forma à voz política da “comunidade” do Lami, ressaltando a co-participação na consolidação da reserva. Representando um grupo de moradores que “amam o Lami” e que ali criaram suas raízes, Getúlio invertia a premissa da universalidade das unidades de conservação ao ressaltar que a reserva pertence, em primeiro lugar, à comunidade do Lami. Em sua fala, ficava evidente o sentimento de que as mudanças no plano de manejo deslegitimam a atuação da comunidade no cuidar deste bem comum. Essa sensibilidade ecológica dos moradores havia sido valorizada na realização do plano de manejo participativo, com a escuta e o debate coletivo como definidores de escolhas em torno do gerenciamento da unidade de conservação. À medida que novas decisões institucionais - definidas alhures – irrompiam no cotidiano dos moradores sem um processo de negociação, suas habilidades construídas em ação contínua no ambiente vivido, tendo em vista as décadas de moradia no Lami e as “raízes” ali criadas, pareciam constituir mais um empecilho do que uma aliança na gestão da área.

Depois de Getúlio, seguiram-se as falas do antigo administrador da reserva, de professoras, ex-estagiários da reserva, funcionários atuais e antigos, pescadores e ex-alunos do MOVA, como Dona Maria. O clima tenso era descontraído pela forte coesão do grupo, unido diante do espaço legítimo de escuta. As reclamações acerca das ações da nova administração intensificavam-se, construindo rapidamente um cenário em que a autoridade da administração era questionada, frente à surpresa do secretário diante da gravidade da situação de afastamento e do descontentamento dos moradores locais.

Todas as mudanças levadas a curso apoiavam-se na justificativa de que o plano de manejo estava em desacordo com a categoria de reserva biológica na qual se inseria a RBLJL. A reserva biológica situa-se como a modalidade mais restritiva das unidades de conservação, restringindo, portanto, a presença do homem em benefício do ecossistema. Sendo assim, o

fechamento da reserva às atividades dos moradores era acompanhado de um incremento no aparato técnico da unidade de conservação, com a compra de novos equipamentos e diversas ações, no sentido de ampliar e tornar mais eficaz a fiscalização nos limites da reserva contra a realização de “crimes ambientais”, como a caça de animais nativos, prática bastante comum na região. A partir desse ponto de vista, a proteção de uma natureza cercada pelos limites da reserva encontra seu principal desafio no estancamento das práticas humanas responsáveis pela degradação do ambiente.

O conflito expunha os desacordos no reconhecimento de éticas diferenciadas, nos termos de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), na medida em que a ideia da existência de ilhas ou pedaços do mundo natural em meio à civilização urbano-industrial, destruidora por excelência da natureza preservada (Diegues, 1994), impunha uma consciência planetária disciplinadora às práticas cotidianas de cuidado e preservação da vida. Essa crença na existência de pedaços do “mundo natural” ancora-se no pensamento de que o homem poderia desfrutar das paisagens naturais para aliviar-se das tensões da cidade, das mazelas oriundas da “vida psíquica” (Simmel, 1967) das grandes metrópoles. Na nostalgia de uma natureza intocada (Diegues, 1994), as paisagens naturais passam a ser um valor desejável pela sociedade⁸⁶.

Alguns autores apontam para a indissociabilidade entre natureza e percepção humana e o caráter inventivo e retórico do conceito de paisagem (Cauquelin, 2003, 2007; Schama, 1996)⁸⁷. Os estudos de Georg Simmel (1996) acerca da impossibilidade das formas puras revelam que o processo de engendramento da paisagem envolve um ato de espírito através do qual o homem modela um grupo de fenômenos para integrá-lo à categoria de paisagem. A natureza é remanejada pelo olhar humano, que a divide, a decompõe e cria individualidades, de forma

86 Segundo Isabel Carvalho (2001), “é bem verdade que esse sentimento de apreciação da natureza pode ser considerado uma sensibilidade *burguesa*. Afinal, era essa parcela da população que efetivamente podia dispor de tempo e recursos para cultivar os novos hábitos de convívio e admiração da natureza. No entanto, a despeito de uma *origem de classe*, as novas sensibilidades para com a natureza não se restringiram a um comportamento ou ideário de uma única classe. Pode-se observar sua generalização como valor para um conjunto bem mais amplo da sociedade” (2001:46).

87 Ao discorrer sobre o parque Yosemite, o primeiro “Éden” americano de preservação da natureza, Simon Schama (1996) comenta: “Embora o estacionamento seja quase tão grande quanto o parque e os ursos estejam fuçando entre as embalagens do McDonald’s, ainda imaginamos Yosemite como Albert Bierstad o pintou ou Carleton Watkins e Ansel Adams o fotografaram: sem nenhum vestígio da presença humana. É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local já pressupõe nossa presença e, conosco, toda pesada bagagem cultural que carregamos” (1996:17).

que a paisagem possa ser percebida como unidade. Neste sentido, falar em “pedaço de natureza” é, em si, uma contradição, já que a natureza é a própria unidade de um todo, e não seu fragmento⁸⁸.

A sacralização destes espaços naturais, como bem notou Luc Ferry (1994), é expressa no uso de expressões de cunho religioso por grande parte dos ecologistas, nas quais esses lugares são tidos como “santuários da natureza”, imbuídos de “valores sacrossantos”, em que a biosfera é significada enquanto uma entidade quase divina. A ameaça que a entrada do homem representa para esses espaços deve-se ao caráter sagrado atribuído à natureza, que é “poluída” pela presença humana⁸⁹.

Entretanto, a localização das “ilhas naturais” nas grandes cidades, em meio a paisagens construídas e urbanizadas, complexifica o valor de preservação desses espaços no âmbito de uma problemática social inscrita na cidade como um todo, onde as fronteiras entre as paisagens ditas naturais e não naturais são extremamente maleáveis na esfera do cotidiano. Com efeito, a permeabilidade dessas fronteiras não se coloca apenas nos limites físicos dessas áreas: memórias, usos e afetos deste habitar comum fazem do Lami um lugar “praticado” (Certeau, 1994) e “possuído” (Mayol, 1996) por seus moradores.

Ademais, o palco que delinea os contornos de um conflito ambiental no Lami em nada lembra a preservação de uma natureza primitiva, anterior à ação humana. A natureza que compõe a RBLJL está longe de ser intocada. Até a criação da reserva, em 1975, a área era extensivamente utilizada para o plantio de arroz e criação de animais e é, ainda hoje, atravessada pelas práticas de caça de animais, realizadas às escuras devido à proibição. Ao longo de décadas, também, as práticas de veraneio daqueles que passavam até três meses em cabanas de madeira arranjadas para a estação elegeram a praia do Lami como um espaço de lazer na cidade, delineando uma tradição no bairro⁹⁰. As possibilidades

88 Sobre a relação entre paisagem e natureza, Georg Simmel (1996) define: “pelo termo natureza, entendemos a cadeia sem fim das coisas, o nascimento e o aniquilamento ininterrupto das formas, a unidade fluida do vir-a-ser, exprimindo-se através da continuidade da existência espacial e temporal” (1996:15).

89 Mary Douglas (1976), em estudo já clássico, mostrou que o sagrado precisa estar cercado com proibições, já que é de sua natureza o perigo iminente da perda de seus caracteres distintivos e necessários.

90 Conforme as autoras Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert, “os espaços urbanos construídos e vividos, como objeto etnográfico, vão se revelando não como meros reflexos de políticas urbanísticas, mas como suportes de tradições e biografias de seus habitantes cujas narrativas expressam uma linguagem coletiva que comunica uma pluralidade de identidades e memórias, remetendo seus territórios aos pretextos e às manipulações humanas” (Rocha e Eckert, 2005, p. 87).

de pesca e caça, aliadas às águas quentes do Lago Guaíba, faziam do Lami um espaço privilegiado para um conjunto de práticas que já não eram mais possíveis nas regiões urbanizadas da cidade. Muitos são os relatos das grandes caçadas de jacarés e capivaras na área onde hoje está situada a Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, mobilizando não apenas residentes do extremo sul da cidade, como também de outras regiões. Depois da implementação da unidade de conservação na região, os relatos de caça tornaram-se cada vez menos frequentes, mas ainda ocorriam “às escondidas” na área e no entorno da reserva. No decorrer dos anos, a imagem do Lami enquanto um lugar “selvagem” da cidade, cujo acesso era difícil - onde os terrenos eram esvaziados, sendo possível acampar, pescar e caçar sem restrições - foi sendo ajustada à representação de um espaço “natural” e institucionalizado. No entanto, as práticas associadas ao turismo no Lami hoje também pouco têm a ver com a disciplina que caracteriza uma unidade de conservação e a imagem de um espaço “natural” na cidade: o ritmo impresso nas práticas de veraneio no Lami, por turistas e moradores, persiste na lógica de uma ordem “desordenada”.

Embora desde a sua criação o espaço da reserva fosse pouco a pouco se constituindo como um território interdito no Lami, a permeabilidade destas fronteiras e a pertença desse ambiente à memória dos habitantes integravam a reserva ao conjunto de referências espaciais do Lami. Lembranças como as de Dona Maria, que recorda com saudade a época em que entrava com seu carrinho de rapaduras, vendendo-as durante as aulas e atividades da reserva, ou quando, com fome e cansada, sentava-se à sombra das árvores e comia as laranjinhas da árvore em frente à Casa Verde. Ou ainda, lembranças mais antigas, como as de Seu Gaiola, pescador experiente, que rememora o vilarejo em que habitavam os parentes de sua esposa na área hoje delimitada como RBLJL. Época anterior aos sucessivos aterros, em que o convívio com o ritmo das águas, que trazia sazonalmente as cheias, delineava um saber-fazer capaz de assegurar as condições de perpetuação da vida. Seu Gaiola e Dona Teresa costumavam acampar pelas ilhas e encostas do Guaíba, em especial na Ilha da Formiga, da qual guardam muitas estórias de caçadas, pescarias e tempestades. No ano em que passaram a viver juntos, ficaram seis meses acampados na ilha, onde, segundo Dona Teresa, mantinham uma barraca que era como

“uma casa de moradia”, “no agasalho do mato”, com “tudo varridinho em roda”, na qual eles recebiam amigos e parentes.

As sutilezas da memória afloradas nos relatos desses moradores, posicionados em experiências diversas, elucidam a permeabilidade que atravessa casas, pátios, plantas, animais, ilhas, águas, cheias, barcos, amizades e inimizades, nas relações interespecíficas da vida no Lami. Enquanto narrava a ciência envolvida na construção de um barco, na feitura da tarrafa e nas navegações noturnas pela Lagoa dos Patos, Seu Gaiola desfrutava da sombra e do movimento ondulante dos salseiros que ele mesmo havia plantado à beira da praia. Getúlio, ao reforçar a construção da casa de pedra que abriga a unidade laboratorial da reserva, também nos lembra desta co-participação criadora.

Na perspectiva de uma antropologia da vida e do “estar vivo”, proposta por Tim Ingold (2015), há poucos elementos para compreendermos o ambiente como algo que circunscreve os seres. O ambiente, esse mundo físico fluído, forma-se no emaranhamento de trilhas entrelaçadas, produzindo ao longo das linhas uma série de relações e trajetos em fluxo contínuo (Ingold, 2015). As ações humanas, estabelecendo as condições de desenvolvimento à vida, o fazem não apenas para outros humanos, mas para não humanos: a vida social humana participa dos acontecimentos de todo o mundo orgânico (Ingold, 2015).

É, portanto, nos termos de um engajamento no mundo que os moradores integram a reserva na rede de ações e afetos que congrega humanos e não humanos no Lami, formando uma malha de vidas sendo vividas em um campo relacional. A artificialidade da delimitação espaço-institucional que circunscreve o mundo físico com cercas, que se pretendem fixas e definidoras do ambiente preservado, busca a interrupção destes caminhos de fluxos entre os seres⁹¹. O reconhecimento deste campo relacional de manutenção da vida coloca problemas bastante práticos à gestão e ao manejo das unidades de conservação. As diretrizes de gestão das unidades de conservação, ancoradas no preceito da proteção de amplos espaços naturais capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos sem interferência humana (Godoy, 2000), pouco integra a continuidade dos investimentos cotidianos dos

91 Em um livro que provoca um deslocamento expressivo nas dicotomias ocidentais modernas, Davi Kopenawa lembra-nos que, para o povo Yanomami, ecologia é tudo o que ainda não tem cerca (Albert; Kopenawa, 2015).

seres humanos como um aspecto relevante para a duração da vida. Durante as reuniões, perguntava-me constantemente qual a possibilidade de duração (Eckert e Rocha, 2005) da vida urbana mediante políticas de domínio dos ambientes ditos naturais e políticas pedagógicas assentadas na desgastada dicotomia indivíduo/natureza.

As restrições ao uso da Casa Verde aprofundaram a fragmentação da experiência cotidiana dos moradores em relação a um espaço específico do Lami, experiência que possibilita recriar e estabelecer novos usos para um lugar que é restrito, fechado. Especialmente para os moradores mais antigos, que acompanharam o surgimento da reserva, ou mesmo suas diferentes administrações, as plantas, animais, sons e cheiros da área delimitada como reserva constituem a experiência de viver no Lami. Se já não é mais possível circular, plantar e caçar na área de 180 hectares abrangida pela reserva, quais seriam as novas condições de continuidade desse campo relacional?

A audiência pública foi encerrada após quase quatro horas de discursos e embates. Ao final, diversas das colocações dos moradores foram definidas como pautas para reuniões subsequentes, nas quais se rediscutiriam questões como a demarcação das áreas de pesca, a regularização da “farmacinha”, a retomada das atividades do viveiro e uma possível continuidade das aulas do MOVA na Casa Verde. Embora tenham sido encaminhadas novas reuniões para a resolução dos conflitos, o sentimento de boa parte dos moradores, ao final dessa e de outras reuniões, era de que estavam “sendo feitos de bobos” pela prefeitura. Segundo o grupo, a prefeitura achava que “todo o povo é burro, ignorante”. Uma moradora do Lami assim resumiu o final da audiência:

Até essa hora dizendo bobagem, se todo mundo tem que trabalhar amanhã. Em duas horas foi tempo suficiente! Não entrou em consenso nenhum, não vai dar nada! Vai ficar o dito pelo não dito. E a última palavra sendo a dela. Foi o que eu entendi. Na minha ignorância, foi o que eu entendi.

A indignação dos moradores não se referia apenas à impossibilidade de frequentarem o espaço da Casa Verde, mas à sobreposição do poder público frente à organização cotidiana e simbólica no uso desses

espaços. “Ser feito de bobo” pela prefeitura ou pelo secretário é reconhecer a pouca força política frente à definição dos usos de seu próprio território que é, diante da lei, uma área de preservação da natureza, pertencente aos sujeitos genéricos que constituem a humanidade.

A entrada da temática ambiental nos cenários de ações e debates públicos configura distintas compreensões e discursos, elucidando a contradição entre a universalidade de “bem público”, atribuída às questões ambientais, e a diversidade de valores imputados a esse bem, que correspondem a fatores sociais, econômicos e culturais (Fuks, 2011). A noção de “bem público”, no entanto, esbarra concretamente nas distintas pertencas do espaço reivindicadas ora pelo poder público municipal, ora pelos moradores locais, conforme a fala de uma moradora:

Nós queria decisão. Ela abrir mão da reserva. Pras pessoas participarem, eu não quero pra mim a reserva, porque não me faz falta. Eu tenho onde morar! Eu tenho terra. Se ela não tem, eu tenho! E eu trabalhei pra adquirir. Eu não quero nada o que não é meu. Mas isso aqui é nosso! É os nossos impostos que tão aqui! Eu tô reivindicando um direito que é nosso. Isso aí, é um absurdo isso aí! É um despropósito.

Vemos como a entrada da temática ambiental na esfera das arenas públicas amplia o espaço para a disputa e a divergência dos valores atribuídos à “defesa do meio ambiente”. Aqui, a universalidade de um bem público de uso comum - o meio ambiente - sucumbe às diferenças políticas, econômicas e sociais que conferem contornos locais a um tema que se pretende universal (Fuks, 2001:25). Embora a reserva não pertença concretamente à atual administradora, a um ou outro morador ou ao “povo do Lami”, estabelece-se um jogo de forças que direciona os contornos de um conflito socioambiental para uma distinção entre público e privado no gerenciamento e constituição das unidades de conservação.

Para as reuniões subsequentes, os moradores articulavam entre si um encaminhamento do pedido de retirada da atual administradora, a ser levado diretamente ao prefeito. Insatisfeitos com os resultados da audiência pública, o grupo de moradores pretendia encerrar as negociações com o secretário, “exigindo” a saída da diretora. Em outra reunião agen-

dada para o mês de outubro, quando a comunidade havia mobilizado um grande número de pessoas para comparecerem ao local, exigindo a saída da atual administradora, incluindo repórteres de alguns jornais e emissoras da cidade, o secretário e a administradora não compareceram, ficando cerca de 40 pessoas do lado de fora da reserva por uma hora, enquanto essa permanecia com as portas fechadas e luzes apagadas.

Mesmo com a retomada das reuniões que seguiram acontecendo naquele ano para a discussão dos usos da Casa Verde, a comunidade engajada neste processo sentiu-se perdedora do embate de forças. Ainda que tenha sido autorizada a entrada de moradores e reestabelecidas as reuniões da comunidade, as atividades do MOVA e da “farmacinha”, perante condições específicas⁹², o grupo de moradores que viu romper um laço com a reserva optou por não tornar a frequentá-la até a saída da administradora⁹³. Embora os posicionamentos dos moradores sejam também heterogêneos, dinâmicos e por vezes ambíguos, algumas decisões foram tomadas, como no caso das mulheres da “farmacinha”, que optaram pela busca de uma nova sede.

Ampliando a questão

Um ferro-velho vizinho a uma área de proteção, a destinação não disciplinada dos resíduos, animais de estimação que atravessam fronteiras interditas: a culpabilização dos pobres na degradação do meio ambiente não é algo novo e emerge como principal argumento para a retirada das populações residentes em áreas escolhidas para uma requalificação dos espaços, nos termos do que José Sérgio Leite Lopes (2004) chamou de “ambientalização dos conflitos sociais”, decorrentes, em grande medida, das disputas no uso do solo urbano.

Em uma leitura mais ampla, a decomposição do ecossistema em áreas privilegiadas à conservação expõe as contradições da gestão do solo e das águas nas disputas territoriais em Porto Alegre. Há algumas décadas, o extremo sul da cidade vem atraindo investidores de segmentos imobiliários com projetos de condomínios destinados à população de alta renda

92 Em uma das assembleias, ficou decidido que a comunidade poderia voltar a utilizar o auditório da Casa Verde para a realização de reuniões, desde que elas apresentassem fins educativos, versando sobre temáticas ambientais.

93 A percepção de sair perdendo na disputa foi confirmada com a permanência da referida diretora por treze anos na administração da reserva.

que reelabora simbolicamente a vida no campo, no interior de “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000), onde sofisticadas tecnologias de segurança impõem ao território novas determinações de segregação espacial.

A construção de condomínios fechados em áreas consideradas ambientalmente relevantes no âmbito de uma macroética (Oliveira; Oliveira, 1996) encontra resistência em diferentes movimentos organizados da sociedade civil. A recente retomada do grupo indígena Mbyá-Guarani, na Antiga Fazenda Arado Velho, na região ao sul do Lami, conhecida como Ponta do Arado⁹⁴, também tem redimensionado a questão do uso e ocupação dos ecossistemas característicos do extremo sul do país, em termos do problema ético-moral do Estado frente à desterritorialização dos povos originários no sul do Brasil, os quais se colocam em embate com grandes empresas do segmento imobiliário, proprietárias legais da área em questão.

Por fim, cabe ressaltar o caráter polissêmico do que se convencionou chamar de meio ambiente, enquanto noção datada, socialmente construída e politicamente manifestada, que abriga conflitos e reivindicações latentes (Lopes, 2004). Reconhecer a inexistência de um ambiente *a priori* ajuda-nos a deslocar o olhar para a diversidade de problemas cotidianos enfrentados pelos moradores do Lami na convivialidade interespecífica que caracteriza as relações no entorno da RBLJL. No Lami, vemos como a implantação de um aterro sanitário, a proximidade das habitações dos leitos dos rios, as enchentes sazonais e os alagamentos, as indústrias e a precariedade do trabalho elucidam a distribuição desigual dos riscos e impactos ambientais nas grandes cidades⁹⁵.

Em todos esses casos, que se colocam do lado de fora da área institucionalmente protegida, a vida *ao rés do chão* emerge e se institui cotidianamente nos processos de expansão urbana, elucidando que o engajamento desses moradores se faz em coexistência ao que convençamos chamar de ambiente.

94 A retomada iniciou em junho de 2018. Desde então, as famílias Mbyá-Guarani têm permanecido na área sob ameaças, com mobilidade limitada e acesso dificultado à água, monitorados por seguranças contratados pela empresa proprietária da área vizinha. A posse da área segue sob disputa judicial.

95 Uma discussão sobre o atravessamento desses eventos no cotidiano e memória dos moradores do Lami está em Rechenberg (2007).

Lista de figuras

1 a 3: Entrada da Reserva Biológica do Lami “José Lutzenberger” e os preparativos para a Audiência Pública. Fotografia de Fernanda Rechenberg. Porto Alegre, 2006.

4 e 5: Dona Maria e seu carrinho levando rapaduras, cocadas e o chamado às mobilizações comunitárias no Lami. Fotografia de Fernanda Rechenberg. Porto Alegre, 2006.

6 e 7: Audiência pública na noite de 12 de setembro de 2006. Fotografia de Fernanda Rechenberg. Porto Alegre, 2006.

Referências

BARTH, Frederik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Paisagem, retórica e patrimônio. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, vol.6, n. 1. Salvador: UFBA, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Isabel. *A invenção ecológica. Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre; Editora da Universidade, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Vol 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano. Vol 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A.L. C. da. Habitantes do arroio: memória ambiental das águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 51-64, jul./dez. 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2005.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- GODOY, Ana. “O modelo da natureza e a natureza do modelo”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.14, n.4, 2000.
- INGOLD, Tim. *Estar Vivo – Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: *Horizontes Antropológicos* 25. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. 6º edição. Brasília, 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de e OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. *Ensaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura. *Belém Novo. Memória dos Bairros*. Porto Alegre: 2000.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Fauna e Flora da Reserva Biológica Lami José Lutzenberger/ Patrícia Bernardes Rodrigues Witt (coord.) – Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2013.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Plano de manejo participativo da Reserva Biológica do Lami / Rodrigo Cambara Printes (Org.) – Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2002.

RECHENBERG, Fernanda. “*Vamo falá do nosso Lami*”: *Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva, Cotidiano e Meio Ambiente no bairro Lami, Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. In: *Política e Trabalho* número 12. João Pessoa: UFPB, 1996.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, O. (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

